



Editorial

Helena Garrido

Directora-adjunta



É para cortar? Que se corte

Vamos a caminho do quarto ano de anúncios e de medidas de austeridades entre queda de um Governo e avanços e recuos. Basta ir visitar o PEC I divulgado a 15 de Março de 2010, ainda com José Sócrates, para percebermos como andamos a derrapar. Que se faça o que tem de se fazer, o mais depressa possível. É quase um enormíssimo favor que se pede aos partidos que têm e tiveram responsabilidades governativas. Um favor que devia ser uma obrigação para com todos os Portugueses.

A 15 de Março de 2010, o conhecido como PEC I, que rigorosamente se chama Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, anunciava um conjunto de medidas de corte de despesa e aumento de receita fiscal. No seu conjunto previa-se que essas iniciativas, do que ainda não se chamava austeridade, permitissem poupanças orçamentais equivalentes a 3,56% do PIB em 2013. Entretanto, sucederam-se as actualizações do PEC até chegarmos ao designado PEC IV que desencadeou a queda de José Sócrates por via da inviabilização das medidas aí consagradas. Tivemos de pedir ajuda e o "PEC" transformou-se no PAEF (Programa de Ajustamento Económico e Financeiro) em execução pelas mãos do PSD e CDS desde Junho de 2011. Estamos em finais de 2013 e o Governo continua a anunciar e a adoptar medidas de "poupança orçamental".

Quando o actual Presidente da República escreveu um artigo sobre as contas públicas, baptizando-o como "O Monstro", não teria tido com certeza a noção da dimensão desse monstro. É um monstro que, hoje percebemos cada vez melhor, não se reproduz por causa dos funcionários públicos e dos pensionistas. É um monstro que engoliu engenharias financeiras que, se forem desfeitas, desencadeiam estragos ainda maiores. A via do mal menor conduz inevitavelmente a medidas que atiram a factura do emagrecimento do monstro para cima de funcionários públicos e pensionistas.

Mas se PS, PSD e CDS sabem que a factura do emagrecimento do monstro será mais baixa para todos, incluindo os funcionários públicos e os pensionistas, se aceitarem as reduções nas pensões e nos salários pagos pelo Estado porque não se adoptam as medidas de uma vez por todas? Andamos desde 2010 a anunciar medidas de austeridade, a assustar as famílias, com crianças, jovens, adultos e idosos, é de uma irracionalidade sem limites. Para não dizer que se está perante uma atitude impiedosa da classe política que tinha e tem como obrigação pensar nas pessoas.

Incapacidades nacionais e internacionais lançaram-nos para a situação em que nos encontramos hoje - quatro anos de austeridade sem que se vislumbre a meta, como se no fim do túnel continuasse a existir túnel e não luz.

Muito resistentes são os Portugueses para aguentarem esta sucessão de más notícias que duram e perduram desde o início de 2010. Só a batalha diária por um lugar ao sol, ignorando o que os políticos vão dizendo no espaço público, justifica que as exportações aumentem, que existam empresas a investir, que quem trabalha continue a batalhar para criar valor no Estado ou no sector privado.

A oitava e a nona avaliações da troika devem ser uma oportunidade para um entendimento que faça deste Outono o último em que são anunciadas medidas de austeridade (e não para discutir se o défice é 4% ou 4,5% com descidas de IRC e de IVA). O PS, o PSD e o CDS têm a obrigação de resolver o problema das contas públicas de uma vez por todas. Ou teremos de nos perguntar para que nos servem estes partidos, para que nos servem estes políticos que nos momentos difíceis nos vão mantendo numa crise a cozer em lume brando.